

**LEI N.º 4.453, DE 13/04/2022.**

**DISPÕE SOBRE SUBSÍDIO AO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, NOS TERMOS DO ARTIGO 117 DA LEI ORGÂNICA, CRIA A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO TARIFÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO/PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** O subsídio financeiro ao transporte público coletivo urbano e interdistrital de passageiros sob o regime de concessão do serviço público, assegurará a modicidade das tarifas, a generalidade do transporte público coletivo e a preservação do equilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão.

**Parágrafo único.** Para fins desta Lei, subsídio financeiro é o aporte financeiro para custeio do serviço de transporte coletivo público de passageiros que tem por finalidade custear parte do valor da tarifa pública cobrada dos usuários e incentivar a utilização do transporte público.

**Art. 2º** O subsídio financeiro autorizado no art. 1º terá vigência a partir de janeiro de 2022, e limitar-se-á ao valor anual de R\$2.760.000,00 (dois milhões, setecentos e sessenta mil reais), a serem pagos mensalmente por um período de 12 (doze) meses, a ser repassado proporcionalmente às concessionárias em parcelas variáveis, até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços.

§ 1º O valor de cada parcela será apurado de acordo com a diferença obtida entre o resultado do valor total arrecadado com a tarifa pública e o valor do custo do serviço prestado calculado através da metodologia GEIPOT, devidamente comprovado pela concessionária até o quinto dia útil de cada mês. (Promulgado)

§ 2º O repasse mensal do subsídio previsto no *caput* será proporcional à demanda de passageiros equivalentemente transportados no mês anterior, por concessionária, podendo levar em consideração outros critérios contratuais a serem definidos pelo Poder Executivo Municipal.

§ 3º Apurando-se que o subsídio financeiro concedido, somado ao valor total arrecadado com a tarifa pública, importou em superávit tarifário, poderá o Poder Executivo compensar o valor excedente no repasse do mês seguinte.

§ 4º Para fins de acesso ao subsídio financeiro, as concessionárias deverão obedecer aos critérios de qualidade previstos em contrato, regulamentação e legislação próprias.

**Art. 3º** Fica criada a Câmara de Compensação Tarifária, com fundamento no artigo 44, da Lei Municipal n.º 3.741/2013, destinada a operar o sistema de compensações financeiras.

§ 1º A Câmara de Compensação Tarifária será constituída pelas operadoras do Sistema de Transporte Público de Passageiros.

§ 2º A Câmara de Compensação Tarifária estará sujeita à supervisão e gestão da Secretaria Municipal dos Transportes e Serviços Urbanos – SETRANS, na forma a ser regulamentada pelo Executivo Municipal.

**Art. 4º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei n.º 4.432, de 09/12/2021 - Plano Plurianual do Município de Aracruz, para o quadriênio 2022 a 2025 o seguinte:

**I- PROGRAMA 0055 - SUBSÍDIO AO TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL e a AÇÃO 2.0171 – APOIO AO TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL.**

**ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 13.01.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS - SETRANS**

**Tipo de Programa: Finalístico**

**Público alvo: Concessionária de Serviços Públicos**

**SECRETARIA EXECUTORA: SETRANS**

## **II - INDICADOR**

Nome do Indicador	Unidade de Medida:	Índice Recente:	Índice Futuro:
Taxa de Execução Financeira	%	0	100

## **III - AÇÃO**

Código:	Tipo:	Esfera Orçamento:	Nome da Ação:	Produto da Ação:
171	2 – Atividade	Fiscal	Apoio ao Transporte Coletivo Municipal de Aracruz	Subsídio Concedido

## **IV - METAS DO PERÍODO**

Metas do Período	Unidade de Medida	2022	2023	2024	2025
Física	Percentual	100%	-	-	-
Financeira		R\$ 2.760.000,00	-	-	-

**Art. 5º** Fica incluído na Lei n.º 4.384, de 01/07/2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias o art. 18-A com a seguinte redação:

“Art. 18–A. O transporte público coletivo do município poderá ser subsidiado à título de subvenção econômica, conforme previsto no artigo 117 da Lei Orgânica de Aracruz.”

**Art. 6º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Adicional Especial no orçamento de 2022, ficando assim a descrição da classificação funcional:

**13.00.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS**

**13.01.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS**

15.453.0055.2.0171 – Apoio ao Transporte Coletivo Municipal de Aracruz

3.3.60.45.00 – Subvenções Econômicas

Vínculo: 1.001.0000.0000 – Recursos Ordinários – Exercício Corrente

Valor: 2.760.000,00

**Art. 7º** Os recursos destinados a cobertura da presente despesa advêm de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

**13.00.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS**

**13.01.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS**

15.452.0034.2.0114 – Limpeza Pública, Varrição, Capina, Roçada, Coleta, Destinação e Outros

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Vínculo: 1.001.0000.0000 – Recursos Ordinários – Exercício Corrente

Valor: 2.760.000,00

**Art. 8º** A presente Lei poderá ser regulamentada por Decreto no que couber.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 13 de abril de 2022.

LUIZ CARLOS COUTINHO  
Prefeito Municipal